

Prevalência da automedicação na população estudantil do Instituto Politécnico de Bragança

MARIA ISABEL RIBEIRO
ALEXANDRINA OLIVEIRA
HUGO SILVA
MÁRCIA MENDES
MARTA ALMEIDA
TÂNIA SILVA

A automedicação é uma prática habitual nos dias de hoje, sendo definida como uma forma comum de auto-atenção à saúde, consistindo no consumo de um produto sem prescrição médica.

Este estudo teve como objectivo determinar a prevalência da automedicação nos alunos que frequentam o ensino superior público no Distrito de Bragança. Os dados foram recolhidos através de um questionário durante o mês de Novembro de 2008. A amostra é constituída por 225 indivíduos, de uma população total de 4168 alunos. Os dados foram sujeitos a tratamento estatístico através do programa SPSS 16.0 (*Statistical Package for Social Sciences*). A prevalência da automedicação é de 90,7% e destes apenas 117 (57,4%) têm conhecimentos sobre os efeitos adversos dos medicamentos. As principais razões que levaram à automedicação foram as dores em geral, principalmente, a

dor de cabeça, a febre, as tonturas e o sono. Os medicamentos mais utilizados foram o Paracetamol (Ben-u-ron) e o Ibuprofeno (Brufen).

Palavras-chave: automedicação; uso de medicamentos; ensino superior público; estudantes

1. Introdução

Considerado um fenómeno mundial e em crescimento (Simões e Filho, 1988; Lopes, 2001) a automedicação pode definir-se como a responsabilização do indivíduo pela melhoria da sua saúde. O cerne da questão reside no facto dos doentes generalizarem esta prática a todas as situações de doença e julgarem ser possuidores dos conhecimentos necessários para o seu uso de forma segura.

Arrais *et al.* (1997), Cerqueira *et al.* (2005) e Tomasi *et al.* (2007) definem a automedicação como um procedimento caracterizado, fundamentalmente, pela iniciativa de um doente, ou o seu responsável, sem prescrição profissional, obter e utilizar um produto que acredita lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas. Na opinião de Segall (1990) e Filho *et al.* (2002) são várias as formas da automedicação ser praticada, nomeadamente, adquirir o medicamento sem receita médica, compartilhar remédios com outros membros da família ou conhecidos, reutilizar antigas receitas e não cumprir a prescrição profissional.

□
Maria Isabel Ribeiro é professora adjunta do Instituto Politécnico de Bragança.
Alexandrina Oliveira é estudante do 4.º ano da licenciatura em Farmácia.
Hugo Silva é estudante do 4.º ano da licenciatura em Farmácia.
Márcia Mendes é estudante do 4.º ano da licenciatura em Farmácia.
Marta Almeida é estudante do 4.º ano da licenciatura em Farmácia.
Tânia Silva é estudante do 4.º ano da licenciatura em Farmácia.

Submetido à apreciação: 4 de Março de 2009
Aceite para publicação: 22 de Maio de 2009

O uso de medicamentos sem receita médica é hoje geralmente aceite como parte integrante do sistema de saúde. Quando praticada correctamente pode contribuir para aliviar em termos financeiros os sistemas de saúde (Sousa, Silva e Neto, 2008). Contudo, o seu uso indiscriminado pode ser potencialmente nocivo à saúde individual e colectiva, pois nenhum medicamento é inócuo ao organismo. O uso indevido de substâncias e até mesmo de fármacos considerados «banais» pela população, como os analgésicos, pode acarretar diversas consequências como resistência bacteriana, reacções de hipersensibilidade, dependência, sangramento digestivo, sintomas de retirada e ainda aumentar o risco para determinadas neoplasias. Além disso, o alívio momentâneo dos sintomas encobre a doença de base que passa despercebida e pode, assim, progredir (Vilarino *et al.*, 1998).

Neste contexto, considera-se pertinente a realização de um estudo que tem como temática o autoconsumo de medicamentos nos estudantes do Instituto Politécnico de Bragança. Esta investigação tem como objectivos:

- Determinar o número de indivíduos que recorrem à automedicação.
- Identificar os principais medicamentos não prescritos utilizados pelos inquiridos.
- Determinar o nível de conhecimentos sobre os riscos automedicação.

Os estudantes do ensino superior formam uma comunidade jovem e potencialmente saudável, pelo que os seus problemas de saúde e, conseqüentemente, o tipo de medicamentos mais consumidos não reflectem os da população em geral. No entanto, estão expostos a factores de risco específicos, nomeadamente, um contínuo *stress* e esforço intelectual intenso, cujas repercussões na sua saúde importa avaliar (Cabrita *et al.*, 2001). Assim, a caracterização do padrão de consumo de medicamentos neste grupo populacional poderá contribuir não só para um melhor conhecimento sobre a sua saúde, mas também para a elaboração de programas tendentes ao uso racional do medicamento nesta comunidade (Cabrita *et al.*, 2001).

Na opinião de Damasceno *et al.* (2007) as razões que levam o indivíduo à automedicação são muitas, destacam-se a dificuldade para conseguir consulta médica e o seu custo, a limitação do poder prescritivo relacionado a poucos profissionais de saúde, a falta de regulamentação e fiscalização daqueles que administram o medicamento. Contudo, a prática da automedicação pode acarretar alguns problemas que decorrem, fundamentalmente, da utilização inade-

quada dos medicamentos, consequência, na maior parte das situações, de uma informação inadequada e insuficiente e de uma cultura fármaco terapêutica não perfeitamente consolidada. Daí que a utilização de medicamentos não sujeitos a receita médica obrigatória deva constituir uma responsabilidade partilhada entre as autoridades, os doentes, os profissionais de saúde e a indústria farmacêutica (Despacho n.º 8637/2002). Existem múltiplas campanhas institucionais para alertar sobre os riscos da automedicação, sendo as principais apostas a «educação para a saúde», e a «promoção de estilos de vida saudáveis» (Peixoto, 2008). Em suma, a automedicação tem implicações clínicas, económicas, políticas, éticas e socioculturais consideráveis e levanta questões importantes relacionadas com a utilização racional dos medicamentos, a educação para a saúde e os direitos individuais e colectivos (Filho *et al.*, 2002).

2. Participantes e métodos

Foi realizado um estudo transversal randomizado, por meio de um inquérito epidemiológico para analisar a prevalência da automedicação. Os dados foram recolhidos no mês de Novembro de 2008. Foram entrevistados 225 alunos do Instituto Politécnico de Bragança.

O questionário aborda questões como a escola, curso, o ano, o sexo, a prática de automedicação, conhecimento dos efeitos adversos, os sintomas que levaram a automedicação, a frequência do aparecimento dos efeitos adversos, quem comprou e aconselhou os medicamentos, quantas vezes se dirigiram ao médico neste último ano, qual o problema a tratar, o motivo da consulta e a ida ao médico tendo como motivo consulta de rotina e há quanto tempo foi, indicação de medicamentos e acesso à informação dos efeitos adversos destes.

A colheita dos dados realizou-se após a aprovação para aplicação do questionário por parte dos responsáveis da Instituição.

Como se trata de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o nosso trabalho está de acordo com questões éticas. Deste modo as informações recolhidas são confidenciais e não serão usadas para quaisquer outros fins.

A amostra foi escolhida de forma aleatória para as quatro escolas do Instituto com o intuito de medir a prevalência da automedicação nos estudantes.

Após a colheita dos dados, estes foram introduzidos no programa SPSS 16.0 e sujeitos ao seguinte tratamento estatístico: estatística descritiva, teste do Qui-Quadrado para comparação de proporções e o teste de *Mann-whitney* para comparação de medianas.

A regra de decisão consistiu em rejeitar a hipótese nula para p -value (p) inferior ao nível de significância de 5%.

3. Análise e interpretação dos resultados

A amostra é constituída por 225 académicos, sendo que 58 alunos pertencem à Escola Superior Agrária (ESA), 54 frequentam a Escola Superior de Saúde

(ESSa), 58 frequentam a Escola Superior de Educação (ESE) e finalmente, 55 dos respondentes são alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG). Considerando a *Figura 1*, é possível verificar a distribuição dos alunos por escola e ano de escolaridade. Relativamente ao ano frequentado observa-se que 47,1% são alunos do 4.º ano e em menor percentagem, cerca de 13,8% são alunos do 2.º ano. Do total de inquiridos 158 (70,2%) pertencem ao sexo feminino e 67 (29,8%) são do sexo masculino (*Figura 2*).

Figura 1
Distribuição dos alunos por escola do IPB e ano de escolaridade

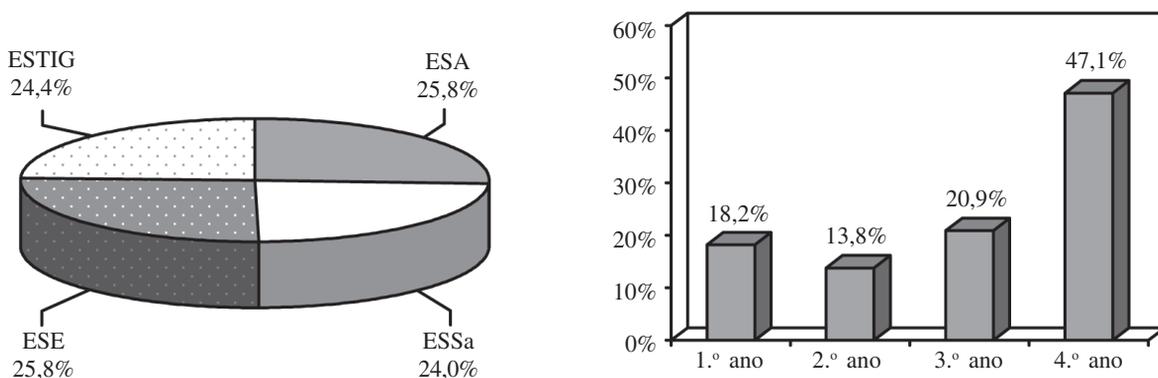
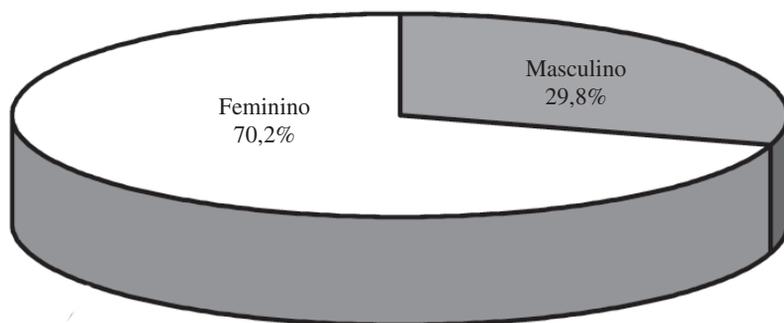


Figura 2
Distribuição de alunos por género



A média de idade dos respondentes é de 21,96 anos, a moda e a mediana são iguais a 21 anos, sendo o desvio padrão de 2,9. A idade dos inquiridos está compreendida entre os 18-40 anos, verificando-se uma maior percentagem de inquiridos na faixa etária dos 18-22 anos (68,9%) (ver *Quadro I*).

Do total de respondentes, 204 (90,7%) afirmaram já ter consumido medicamentos sem receita médica. Destes, 117 (57,4%) têm conhecimentos dos possíveis efeitos adversos. Estes resultados são semelhantes aos encontrados em diversos estudos nacionais e internacionais, realizados em académicos e em populações adultas, que indicam valores de automedicação acima dos 60%.

Os resultados apresentados no *Quadro I* mostram que é o género feminino (71,6%) que mais consumiu medicamentos sem receita médica, mais do dobro quando comparado com o sexo masculino (28,4%).

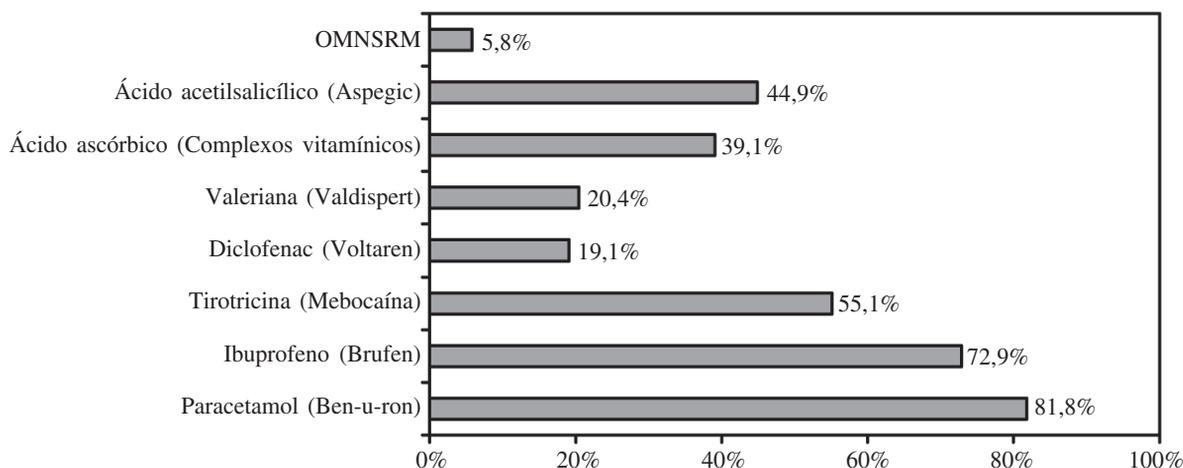
Estes resultados vão ao encontro dos obtidos por Sans *et al.* (2002) em Espanha e Bertoldi *et al.* (2004) no Brasil. Por outro lado, são os alunos mais jovens (68,9% contra 31,1%) que registam o maior consumo de medicamentos sem receita médica.

Os resultados de diversas investigações mostram que a automedicação é mais persistente em determinados medicamentos. Deste modo, cerca de 81,8% de inquiridos consomem Paracetamol (Ben-u-ron), 72,9% Ibuprofeno (Brufen) e cerca de 55,1% automedicam-se com Tirotricina (Mebocaína). Em menor quantidade destaca-se o consumo de Diclofenac (Voltaren) (19,1%), Valeriana (Valdispert) (20,4%), Ácido ascórbico (Complexos Vitamínicos) (39,1%) e Ácido acetilsalicílico (Aspegic) (44,9%). Do total de inquiridos 5,8% assumem consumir outros medicamentos não sujeitos a receita médica (OMNSRM). Na *Figura 3* é possível

Quadro I
Consumo de medicamentos sem receita médica

Classes etárias	Masculino	Feminino	Total
18-22	42	113	155
≥ 23	22	48	70
Total	64	161	225

Figura 3
Consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica



visualizar a distribuição do consumo dos medicamentos não sujeitos a receita médica pelos respondentes.

Relativamente aos motivos que levaram à prática de automedicação 83,1% dos inquiridos não respondeu. Contudo, os sintomas incidiram em maior quantidade na dor de cabeça (4,0%) e na febre (2,7%), indo ao encontro do consumo dos medicamentos mais usados para estes fins (Paracetamol — Ben-u-ron; Ibuprofeno — Brufen). Segundo Damasceno *et al.* (2007), os principais motivos que geram a automedicação são as dores de cabeça (35,6%), as dores gerais (13,3%) e a febre (12,4%). Shankar, Partha e Shenoy (2002) apontaram, no seu estudo, a dor de cabeça e

a febre (que contabilizaram em 60%) como principais sintomas que levaram à automedicação.

Relativamente à compra do medicamento, verificou-se uma maior percentagem de aquisição pelo próprio (61,8%), seguido de familiares (36%), tal como mostra a *Figura 4*. Deste modo, este estudo vai ao encontro do estudo realizado por Celis e Nava (2004). Os autores verificaram que os medicamentos são, maioritariamente, adquiridos pelo próprio (64%), ou por terceiros cerca de 36%.

Como se pode verificar na *Figura 5*, os familiares foram aqueles que mais influenciaram o processo de compra de medicamentos (51,6%), seguindo-se a iniciativa própria (35,1%). Estes resultados corroboram

Figura 4
Quem compra o medicamento

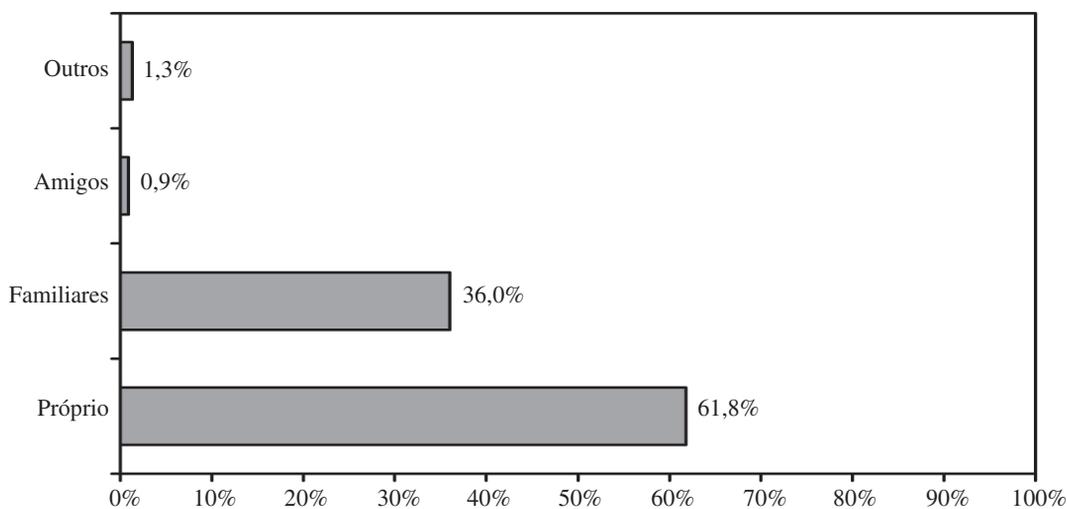
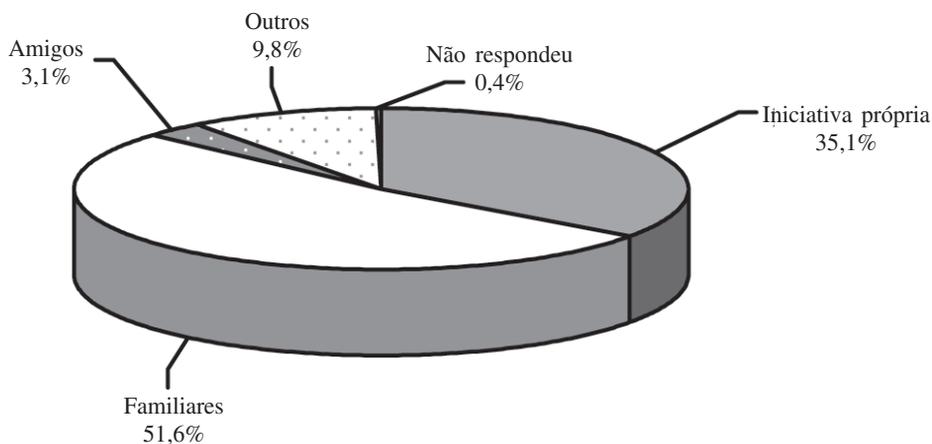


Figura 5
Quem aconselhou o uso do medicamento



os achados de Celis e Nava (2004), de acordo com os autores a prática da automedicação é recomendada, principalmente, por familiares (76%), por iniciativa do próprio (15%) e por amigos ou conhecidos (9%). Do total de inquiridos, 70 (31,1%) deslocaram-se ao posto médico neste último ano mais de duas vezes, enquanto que 58 (25,8%) não tiveram nenhuma ida ao médico (*Quadro II*). O motivo da consulta incidiu principalmente para tratar outros problemas (54,9%) que não os ginecológicos (19,7%), respiratórios (18,0%) ou digestivos (7,4%). Destes, 171 (76,0%) deslocaram-se ao médico para fazer uma revisão de rotina. Para a maioria dos inquiridos a última consulta de rotina foi ainda este ano (51,3%), e uma pequena percentagem foi há cerca de dois anos (11,8%).

Como se pode ver pelo *Quadro II* a proporção de mulheres que procurou os serviços de saúde foi superior à proporção de homens. O mesmo resultado foi apurado por Bertoldi *et al.* (2004), o autor considera que as mulheres possuem maior preocupação com a saúde, razão pela qual procuram mais estes serviços. Os inquiridos consideram que os efeitos e consequências da automedicação na população são negativos para a saúde das populações (56,8%), 20% assume não saber sequer quais os efeitos da automedicação e, 10,4% opinam que em termos financeiros as consequências são boas tanto para o sistema de saúde como para o próprio indivíduo tendo em conta a dificuldade em conseguir consulta e o custo dela. Por outro lado, o tempo de espera para uma consulta propicia e favorece a automedicação.

Através da análise dos resultados concluiu-se que há uma elevada percentagem de inquiridos a consumirem medicamentos sem receita médica. O mesmo se verifica num estudo realizado por Damasceno *et al.* (2007), os autores concluíram que 90,6% da população consumiu medicamentos sem receita médica. A proporção de alunos do sexo feminino em todas as classes etárias que consome medica-

mentos sem receita médica é muito superior à proporção de alunos homens. Testando a hipótese H_0 : O consumo de medicamentos é independente do sexo, através do teste do Qui-Quadrado, verificou-se que, em termos estatísticos, não existe associação entre o consumo de medicamentos sem receita médica e o género ($p \text{ value} > 5\%$), contrariamente aos resultados obtidos por Mendes *et al.* (2004). Os autores concluíram que a prevalência da automedicação foi mais elevada no género masculino do que no género feminino, sendo a diferença estatisticamente significativa. Figueiras, Caamono e Gestal-Otero (2000) encontraram diferenças estatisticamente significativas entre o género e outras variáveis relativamente à prevalência da automedicação. A taxa de prevalência da automedicação registada por estes autores foi superior no sexo feminino, em pessoas que vivem sozinhas e em pessoas que vivem em grandes cidades.

Verificou-se que os medicamentos mais consumidos em ambos os sexos são o Paracetamol (Ben-u-ron), (sexo feminino, 84,1%; sexo masculino, 75,7%) e o Ibuprofeno (Brufen) (sexo feminino, 73,9%; sexo masculino, 70,3%) enquanto que os menos consumidos são a Valeriana (Valdispert) (sexo feminino, 22,7%; sexo masculino, 13,5%) e o Diclofenac (Voltaren) (sexo feminino, 19,3%; sexo masculino, 18,9%).

No que diz respeito ao conhecimento dos efeitos adversos foi testada a hipótese de que o conhecimento dos efeitos adversos dos medicamentos é independente das variáveis, sexo, curso e idade. Em relação ao sexo ($p \text{ value} = 0,359$) verifica-se não existir associação entre estas variáveis. O mesmo resultado foi verificado para a variável idade ($p \text{ value} = 0,310$). Já para a variável curso verificou-se existir associação entre estas variáveis ($p \text{ value} = 0,045$), pelo que se rejeita H_0 . A percentagem de alunos que frequenta cursos da área da saúde e que possui conhecimentos relativamente aos efeitos adversos dos medicamentos

Quadro II
Idas ao médico no último ano, por género

	Nenhuma	Uma	Duas	Mais de duas
Feminino	27	38	38	54
Masculino	31	15	6	16
Total	58	53	44	70

é superior quando comparada com a percentagem de alunos de outras áreas científicas (Figura 6).

Relativamente à variável número de idas ao médico neste último ano, foram feitas comparações entre grupos independentes, designadamente, o sexo, o curso e a estrutura etária. Para tal, verificou-se a existência dos pré-requisitos para aplicação dos testes paramétricos, a normalidade da variável dependente «frequência de idas ao médico», através do teste de Kolmogorov-Smirnov (*K-S*) e a homogeneidade das variâncias dos grupos através do teste de Levene. Estes testes demonstram que apesar de haver homogeneidade das variâncias dos grupos, não existe normalidade da variável dependente, logo optou-se por utilizar, como alternativa ao teste *T-Student* o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*. Os resultados dos testes mostram que existem diferenças estatisticamente significativas entre os sexos, no que diz respeito ao número de idas ao médico no último ano ($p\ value = 0,006$). Os inquiridos do sexo feminino foram mais vezes ao médico, neste último ano, do que os inquiridos do sexo masculino.

Relativamente aos cursos, testou-se a hipótese de o número de idas ao médico ser igual. Os resultados dos testes não permitiram rejeitar a hipótese nula, ($p\ value = 0,217$), pelo que se concluiu que o número de idas ao médico é igual, independentemente, dos alunos frequentarem cursos da área de saúde ou de outras áreas científicas.

Por fim, comparando as várias classes etárias no que diz respeito ao número de idas ao médico os resultados provam que não existem diferenças estatisticamente significativas, ($p\ value = 0,618$), assim sendo, concluiu-se que o número de idas ao médico é igual independentemente da idade do inquirido.

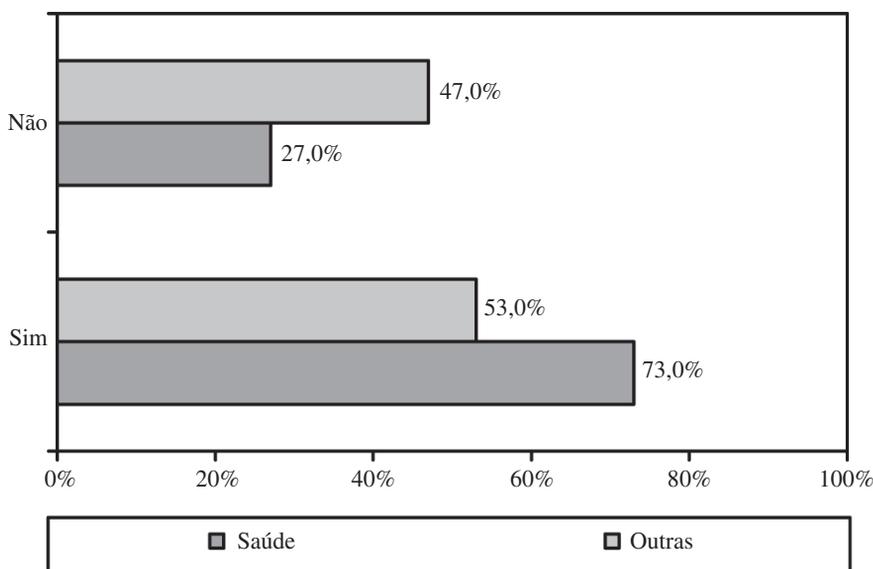
4. Considerações finais

Este estudo mostrou que a prática da automedicação foi elevada entre os alunos das quatro escolas do Instituto Politécnico de Bragança, não havendo diferenças estatísticas entre o sexo e a idade com a prática de automedicação. Observou-se que a maioria dos alunos consumiu medicamentos sem receita médica, mas apenas 42,6% do total de inquiridos conhece os possíveis efeitos adversos.

Não obstante, o consumidor final não é o único culpado por esta situação. As farmácias, os sistemas de saúde, os meios de comunicação e a sociedade em geral exercem uma grande e importante influência sobre o consumidor (Zubioli, 2000). A dor de cabeça e a febre foram os principais sintomas que levaram à prática da automedicação. Analgésicos e anti-inflamatórios foram as classes de medicamentos mais utilizadas para aliviar esses sintomas.

Dada a elevada prevalência da automedicação registada neste estudo, será necessária uma melhor fiscal

Figura 6
Conhecimento dos efeitos adversos por curso



lização quanto à dispensa de medicamentos de venda livre, uma vez que estes não estão isentos de causar efeitos adversos e colaterais. Cabe mencionar a importância da consciencialização dos profissionais da área de saúde na redução da prática de automedicação entre a população, por meio de educação em saúde da comunidade e orientações quanto aos riscos e complicações desta prática. Deste modo, é fundamental promover a utilização racional dos medicamentos junto dos consumidores e desenvolver e utilizar sistemas eficientes de informação e de comunicação entre médico e profissionais de Farmácia, com o objectivo de maximizar os benefícios e reduzir a um mínimo aceitável os riscos inerentes à utilização dos medicamentos.

Por fim, é reconfortante o facto dos estudantes do ensino superior considerarem a automedicação um fenómeno nocivo para a sociedade, o que pode facilitar a introdução de campanhas educativas sobre este tema e oferecer uma solução para o futuro.

□ Bibliografia

- ARRAIS, P. *et al.* — Perfil da automedicação no Brasil. *Revista Saúde Pública*. 31 : 1 (1997) 71-77.
- BERTOLDI, A. *et al.* — Utilização de medicamentos em adultos : prevalência e determinantes individuais. *Revista Saúde Pública*. 38 : 2 (2004) 228-238.
- CABRITA, J. *et al.* — Estudo do padrão de consumo de medicamentos pelos estudantes da Universidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 19 : 2 (2001) 39-47.
- CELIS, E.; NAVA, Y. — Patrones de autoatención y automedicação entre la población estudiantil universitaria de la ciudad de Puebla. *Elementos: Ciencia y Cultura*. 11 : 55-56 (2004) 43-51.
- CERQUEIRA, G. *et al.* — Perfil da automedicação em académicos de enfermagem na Cidade de João Pessoa. *Conceitos*. (Julho de 2004/Julho de 2005) 123-126.
- DAMASCENO, D. *et al.* — Automedicação entre graduandos de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*. 11 : 1 (2007) 48-52.
- Despacho n.º 8637/2002, de 20 de Março (DR, 2.ª série, n.º 99, de 29 de Abril de 2002) — (Revogado pelo Despacho n.º 2245/2003, de 16 de Janeiro de 2003).
- FIGUEIRAS, A.; CAAMONO, F.; GESTAL-OTERO, J. — Sociodemographic factors related to self-medication in Spain. *European Journal of Epidemiology*. 16 : 1 (2000) 19-26.
- FILHO, A. *et al.* — Prevalence and factors associated with self-medication : the Bambuí health survey. *Revista Saúde Pública*. 36 : 1 (2002) 55-62.
- LOPES, N. — Automedicação : algumas reflexões sociológicas. *Sociologia*. 37 (2001) 141-165.
- MENDES, Z. *et al.* — Prevalência da automedicação na população urbana portuguesa. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*. 40 : 1 (2004) 22-25.
- PEIXOTO, J. — Automedicação no adulto. Universidade Fernando Pessoa. Ponte de Lima, 2008.
- SANS, S. *et al.* — Prevalencia del consumo de medicamentos en la población adulta de Cataluña. *Gaceta Sanitaria*. 16 : 2 (2002) 121-130.
- SEGALL, A. — A community survey of self-medication activities. *Medical Care*. 28 : 4 (1990) 301-310.
- SHANKAR, P.; PARTHA, P.; SHENOY, N. — Self-medication and non-doctor prescription practices in Pokhara valley, Western Nepal : a questionnaire-based study. *BMC Family Practice*. 3 : 17 (2002) 29-35.
- SIMÕES, M.; FILHO, A. — Consumo de medicamentos em região do estado de São Paulo (Brasil). *Revista Saúde Pública*. 22 : 6 (1988) 494-499.
- SOUSA, H.; SILVA, J.; NETO, M. — A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. *Revista Eletrônica de Farmácia*. 5 : 1 (2008) 67-72.
- TOMASI, E. *et al.* — Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas, RS. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 10 : 1 (2007) 66-74.
- VILARINO, J. *et al.* — Perfil de automedicação em município do sul do Brasil. *Revista Saúde Pública*. 32 : 1 (1998) 43-49.
- ZUBIOLI, A. — O farmacêutico e a auto-medicação responsável. *Pharmácia Brasileira*. 3 : 22 (2000) 23-26.

□ Abstract

SELF-MEDICATION PREVALENCE IN THE BRAGANÇA POLYTECHNIC INSTITUTE STUDENTS' POPULATION

The self-medication is a normal practice today, defined as a common form of self-health care, consisting in the consumption of a product without a medical prescription.

The purpose of this study was to evaluate the self-medication level in the Bragança Polytechnic Institute students' population. A cross-sectional survey was carried out in a probabilistic sample including 225 individuals, from a total population of 4168 students, during November 2008. The data collected were treated with the statistical software SPSS 16.0 (*Statistical Package for Social Sciences*).

The level of self-medication was 90,7% and, of these, only 57,4% have the knowledge about the adverse effects. The main reason which led to self-medication was pain, mostly headache, fever, dizziness and sleep, and the drugs generally used were Paracetamol (Ben-u-ron) and Ibuprofeno (Brufen).

Keywords: self-medication; drug utilization; public higher education; students.